



Interpelação Escrita

As despesas com o arrendamento de espaços em diversos prédios comerciais por parte dos serviços públicos não param de subir. Na recente resposta a uma interpelação minha sobre o assunto, a Direcção dos Serviços de Finanças revelou que, até ao final do ano passado, um total de 17 serviços públicos arrendava propriedades privadas, o que resultou na celebração de 464 contratos de arrendamento, na ordem anual de 720 milhões de patacas. Como esse montante não inclui ainda as despesas de rendas dos serviços e organismos dotados de autonomia financeira, a população fica bastante espantada.

Todos os anos, o Governo utiliza grande montante do erário público com o arrendamento de propriedades privadas, quando muitas propriedades na sua posse se encontram permanentemente desaproveitadas. Na resposta à minha interpelação, refere-se que o desaproveitamento dessas propriedades se deve ao facto de os prédios envolvidos terem sido construídos há muitos anos, com uma área reduzida e localização afastada, para além da falta de instalações complementares, portanto, não se adequam às necessidades reais dos serviços públicos. Segundo notícias recentes, muitas propriedades na posse do Governo estão bem localizadas e têm áreas de grande dimensão, mas também não foram efectivamente aproveitadas. Tomemos como exemplo a antiga sede do Gabinete de Comunicação Social, que se situa no Largo de S. Domingos, um local privilegiado e valioso, e fica adjacente à Igreja de São



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Domingos que está integrada na Lista do Património Mundial. Esta sede foi entretanto desocupada depois de ter sido aproveitada pela Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública para instalação do Centro de Formação para os Trabalhadores dos Serviços Públicos e do gabinete da Divisão da Organização da Formação. O Governo limitou-se a afirmar, recentemente, que esta sede apresentava problema de capacidade, mas não avançou com a adopção de medidas para a sua melhoria, por isso, a mesma mantém-se desocupada. Outro exemplo diz respeito ao antigo Centro de Comidas do Complexo Iao Hon. A entrada em funcionamento do novo Edifício de Vendilhões do Iao Hon, que teve lugar em 2012, resultou na mudança do referido Centro. Consequentemente, o primeiro e o segundo andares do referido Complexo ficaram desocupados, excepto uma parte do primeiro andar, por ter sido aproveitada para finalidade do Centro Comunitário.

São muitas as propriedades ou instalações públicas na posse do Governo que não foram plenamente aproveitadas e até estão desocupadas, devido a problemas ao nível de planeamento e construção. O exemplo típico é o parque de estacionamento de motociclos localizado na parte central do piso B1 da Rotunda Ferreira do Amaral. Em 2005, o Governo procedeu ao desenvolvimento de obras de transformação desta Rotunda, que custaram 600 milhões de patacas e, segundo a concepção, foi instalado um centro comercial no piso B1. Como este nunca entrou em funcionamento, foi então transformado, em 2009, num parque de estacionamento para motociclos com 1200 lugares. Mas, por uma questão de falta de consideração científica no âmbito da instalação, este parque não foi efectivamente aproveitado ao longo dos anos. Segundo informações de residentes, há instalações públicas construídas pelo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Governo, incluindo passagens superiores pedonais e pavilhões desportivos, que apresentam uma baixa taxa de utilização e até uma situação de desaproveitamento, depois da sua entrada em funcionamento. Os terrenos são escassos em Macau, por isso, são elevados os seus preços. Contudo, por um lado, muitas propriedades na posse do Governo estão desaproveitadas e, por outro, o Governo tem de utilizar grande montante do erário público para arrendar propriedades privadas para finalidade da instalação de escritórios. Trata-se isto de um grande desperdício, que merece a devida avaliação.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Na resposta à minha interpelação, a Direcção dos Serviços de Finanças afirma que resta um número reduzido de propriedades desocupadas sujeitas à sua gestão, e que estas propriedades se revestem, apenas, de finalidades específicas, por terem sido construídas há muitos anos, e terem uma localização remota e falta de instalações complementares. Acrescenta-se que a maioria das propriedades sem fins habitacionais, na posse do Governo, foi devidamente atribuída a pedido de diversos serviços públicos, que vão responsabilizar-se pelo próprio uso e gestão. Quanto à antiga sede do Gabinete de Comunicação Social e ao antigo Centro de Comidas do Complexo Iao Hon acima referidos, de que plano de uso se dispõe? Quando as propriedades na posse do Governo não forem, plena e racionalmente, utilizadas depois da sua atribuição aos diversos serviços públicos, de que medidas de acompanhamento e fiscalização dispõe o Governo?
2. Existem em Macau instalações públicas cuja taxa de utilização é baixa, e



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

que apresentam até uma situação de desaproveitamento. O Governo já procedeu a uma plena inspeção e avaliação sobre esta situação? Antes da respectiva construção, há que proceder à avaliação sobre a devida viabilidade e rentabilidade. Não será que a situação supramencionada se deve a uma avaliação desadequada e também a uma questão de gestão? De que medidas de melhoria ou de revitalização se dispõe? Será possível esclarecer a situação do parque de estacionamento de motociclos localizado na parte central do piso B1 da Rotunda Ferreira do Amaral?

13 de Junho de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Chan Meng Kam**